

EDITORIAL

É com grande satisfação e orgulho que a Escola Superior de Polícia da Academia Nacional de Polícia apresenta à comunidade policial e científica o primeiro número do quarto volume da **Revista Brasileira de Segurança Pública e Cidadania**, mantendo o propósito de fomentar reflexões e pesquisas voltadas para o conhecimento multidisciplinar sobre segurança pública, e oferecendo exemplos ilustrativos de metodologias e ferramentas adequadas para o desenvolvimento de políticas públicas nessa temática tão importante para a sociedade humana.

A revista vem um pouco mais encorpada que os últimos números, trazendo sete artigos sobre assuntos variados a fim de atender interesses diversos sobre o tema enfocado. Certamente, o relato e a exposição dos autores trará contribuição significativa para a busca de soluções aos problemas enfrentados por policiais e gestores da área de segurança pública, além de estimular a discussão de questões complexas e controversas.

Dessa maneira, apresentamos brevemente a seguir, os assuntos tratados na presente edição da RSPC.

O primeiro artigo publicado é intitulado *Serviço Social no DPF*, de autoria de Ana Gláucia Martins Torres, que discorre sobre o importante papel do assistente social nas transformações das relações sociais nos diferentes componentes da sociedade capitalista (trabalho, família, instituições, saúde, etc.). Ana Gláucia discute a inter-relação entre violência e segurança pública, a postura ética e outras questões a cerca das políticas públicas da área de segurança pública, destacando a contribuição do profissional de serviço social para a consolidação de um novo modelo de polícia cidadã.

O artigo seguinte, de Luiz Carlos Nóbrega Nelson, cujo título é *Capacitação e Afastamento de Servidores Públicos da União: distinção e aplicação combinada dos institutos jurídicos existentes*, trata do Princípio da Eficiência, ou seja, a obrigação do Estado de modernizar a máquina

pública, capacitando e aprimorando seus servidores. O texto apresenta extensivamente a legislação vigente, elucidando a finalidade de cada modalidade de capacitação existente no Poder Executivo Federal, bem como analisando a atuação das escolas de governo na preparação e aplicação dos seus programas de capacitação, respeitando os institutos jurídicos existentes.

Como diz seu próprio título, o terceiro artigo publicado, *Problemática Ambiental na Amazônia relativa às Terras Indígenas: alguns aspectos fáticos e jurídicos*, de autoria de Idoriel Gomes de Abreu Junior, apresenta os principais problemas relacionados à questão indígena, como consequência da aculturação dos silvícolas. São levantados aspectos ambientais, legais e jurídicos, bem como discutidas os principais atores e ferramentas associados à proteção das terras indígenas e seus legítimos ocupantes. Em sua conclusão, o autor destaca o dever público do Estado de promover a preservação e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, apontando a necessidade de conscientização dos indígenas em relação ao valor e importância de suas terras e de fiscalização intensa das irregularidades presentes.

O quarto artigo *Automatização do Inquérito Policial sob a Ótica da Gestão Documental*, produzido por Sandra Buth Zanon, expõe uma análise da problemática resultante da automatização do inquérito policial na Polícia Federal, aproveitando a oportunidade para realizar um questionamento da importância histórica da investigação criminal para a instituição, destacando a necessidade de preservação dessa história e questionando o modo como isso tem sido feito, ainda mais num cenário de avanços tecnológicos acelerados na gestão da informação e na busca de maior celeridade e eficiência ao inquérito policial. Por fim, a autora ressalta a importância do respeito aos requisitos de validade jurídica documental, seguindo as premissas de garantia da autenticidade, integridade, confiabilidade, tempestividade e acessibilidade.

O Terrorismo e suas Implicações no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Ronaldo de Figueiredo Menezes, é o quinto artigo desta revista, trazendo

uma análise legal de algumas das principais questões relacionadas à essa consequência nefasta do fenômeno da globalização que tem dispersado por todo o planeta, a sensação de insegurança, medo e vulnerabilidade à violência. Ronaldo em sua busca por respostas e explicações que produzam compreensão e controle sobre essa preocupação mundial, que assume importância ainda maior com a aproximação dos grandes eventos esportivos que serão sediados pelo Brasil nos próximos anos.

No sexto artigo, *Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal: das cartas rogatórias às equipes de investigação conjuntas*, Douglas Morgan Fullin Saldanha retoma o estudo da globalização de práticas criminosas transnacionais, buscando soluções para os empecilhos jurídicos internacionais, por meio da evolução da cooperação jurídica em matéria penal, que permite o estreitamento da relação entre os Estados no combate aos delitos transnacionais e internacionais.

O sétimo e último artigo *A Inconstitucionalidade da Investigação Criminal realizada pelo Ministério Público*, produzido por Fábio Motta Lopes, traz uma revisão bibliográfica minuciosa e uma análise criteriosa da atribuição exclusiva de investigação criminal da polícia judiciária no Brasil, questionando a legitimidade do *parquet* no desempenho desta função, a fim de garantir a "igualdade de armas" entre defesa e acusação no processo judicial. Assim, a despeito da inquestionável titularidade da ação penal e do exercício do controle externo da atividade policial, o autor opina pela inconstitucionalidade do Ministério Público na condução direta da investigação e sugere o resguardo da exclusividade da investigação criminal policial.

Com uma leitura agradável e ao mesmo tempo profunda, espera-se que a **Revista Brasileira de Segurança Pública e Cidadania**, em seu quarto ano de produção, continue proporcionando combustível para o debate acadêmico sério e apropriado das questões de destaque relacionadas à segurança pública e à atividade policial.

GUILHERME HENRIQUE BRAGA DE MIRANDA

Editor